



TERRITÓRIOS E LÍNGUAS: ESTUDO SOBRE O PAPEL DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) NA CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIFICAÇÃO SUPRANACIONAL

Palavras-Chave: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Identificação Supranacional, Formação territorial.

Autores:

FRANSCINY COSTA ALVES, IG – UNICAMP

Prof. Dr. MARCIO CATAIA (orientador), IG - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

As línguas podem ser enquadradas de diversas formas a depender do recorte de uma pesquisa. As línguas maternas são as primeiras aprendidas por um indivíduo, e normalmente está relacionada ao grupo étnico-cultural ao qual aquele indivíduo faz parte, a língua materna se configura dentro do grupo de línguas que partem das relações imaginárias do cotidiano. As línguas nacionais se associam a um povo, caracteriza-o e dá aos seus falantes uma relação de pertencimento, a língua oficial é a língua de um Estado, é obrigatória nas ações formais e nos atos legais do mesmo, já as línguas estrangeiras são pertencentes a um povo de uma nação/Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência. Estes três tipos de línguas fazem parte das línguas que contemplam as relações imaginárias ideológicas/institucionais. (TOSATTI 2020, GUIMARÃES, 2007)

A língua é um dos mais poderosos meios de identidade de uma população, é um dos aspectos fundamentais que delimitam a cultura (RAFFESTIN, 1980), pois auxilia na construção de territórios, principalmente os Estados-Nações, que se utilizam da conformidade linguística, mas não só dela, para a sua unificação, dado que para um Estado funcionar é necessário que a sociedade que o construiu consiga se comunicar. (ANDERSON, 2008) Deste modo, o território de um Estado que nasce das lutas por *espaço vital* (RATZEL, 1987), necessita da língua como elementos de identificação nacional-territorial, marcado claramente por fronteiras.

Desse modo, a língua se torna imprescindível para a formulação de uma identidade comum nacional (SAQUET & BRISKIEVICZ, 2009) e conseqüentemente para a formação territorial de um Estado- Nação, o qual se encontra normalmente em conflito com línguas consideradas

não oficiais. Compreendendo a importância do caráter oficial dado às línguas, verificam-se as disputas linguísticas travadas no território brasileiro, principalmente através da lei de cooficialização de línguas minoritárias faladas no Brasil. Em 2002 no município de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas entrou em vigor a lei municipal nº 145/2002, a qual concedeu a 3 línguas indígenas (Nheengatu, Tukano e Baniwa) a categoria de línguas co-oficiais do município, recebendo mais espaço e atenção por parte do poder público local. A partir deste movimento realizado pelo município de São Gabriel da Cachoeira que outros municípios do Brasil iniciaram seus processos para co-oficializar línguas à muito utilizadas em suas circunscrições. Esse processo vem marcando a luta contínua das línguas faladas no território brasileiro com o português, língua hegemônica e oficial do Estado brasileiro.

A partir do cenário linguístico brasileiro, constituído de conformações e disputas. O presente trabalho procurou entender como a *Formação Socioespacial* implica no “território para fora”, ou seja nos nexos extraterritoriais, supranacionais com outros países, em razão de uma língua em comum, que é o caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ao mesmo tempo que condiciona a comunidade extraterritorial, também incorpora suas prerrogativas. Por isso buscou-se entender a importância da CPLP na construção de uma identificação supranacional, dado que a integração entre os países pertencentes à comunidade é realizada através de uma língua comum, o português. Ressaltando desta questão as disputas internas do território nacional, onde a língua portuguesa é hegemônica, mas não única.

METODOLOGIA:

A elaboração da pesquisa foi composta por quatro etapas principais, a primeira se concentrou no levantamento bibliográfico de artigos e obras para fundamentação teórica, para isso foi utilizado o banco de teses e dissertações da CAPES, plataforma SCIELO e outros mecanismos de busca, como as bibliotecas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para o auxílio na procura das definições dos principais conceitos a serem trabalhados na pesquisa como: formação socioespacial brasileira e formação territorial brasileira, analisando os principais conceitos desenvolvidos é possível indicar alguns dos autores norteadores desta pesquisa, como Milton Santos, Benedict Anderson e Antonio Carlos Robert Moraes.

Já a segunda etapa da pesquisa se concentrou em um levantamento acerca dos documentos aprovados pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre a dinâmica das línguas dentro de seus Estados-Membros, principalmente averiguando a atuação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) na difusão do idioma.

A terceira etapa teve como finalidade a busca por dados secundários da pesquisa, os quais se concentram em investigar em sites estatais como do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e também em organizações não governamentais como o Instituto Socioambiental (ISA) quais são as línguas faladas no Brasil, assim como a sua quantidade e suas localizações, essa etapa resultou na sistematização de um mapa contendo a disposição das línguas dentro do território brasileiro. Para isso foi utilizado o software QGIS versão 3.16.15, para processamento e classificação das imagens.

Como forma de compreender qual a prioridade dada a academia acerca dos assuntos voltados a língua, principalmente se observando o processo de co-oficialização de línguas e a possível relação com a CPLP, foi realizado na quarta etapa um outro levantamento bibliográfico, direcionado ao Sistemas de Bibliotecas da Unicamp (SBU), Base Acervus. Esta etapa foi dividida em duas buscas, a primeira teve como foco pesquisas que se apresentam através da busca combinada, utilizando a chave de busca “línguas no Brasil”, o material selecionado foram, tcc, tcc digital, dissertação, tese e relatório de pós-doutorado, a busca foi realizada com o idioma português e o recorte temporal foi de 2002 até 2022, mantendo respectivamente a data da primeira cooficialização de línguas no território brasileiro e a última data possível para a inclusão na presente pesquisa, as buscas foram abertas a todas as bibliotecas e departamentos da Unicamp. A segunda busca manteve todas as características da busca

anterior, exceto pela mudança na chave de busca, que passou para “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Para compreender a língua portuguesa (LP) no Brasil é necessário entender a formação socioespacial brasileira (Santos, 1977), pois foi através dos diversos processos ocorridos dentro do que viria a ser o território brasileiro que se possibilitou a difusão e a permanência da língua portuguesa como hegemônica, perdurando até a atualidade, o que a torna um dos agentes na formação do território nacional brasileiro.

Parte-se inicialmente do processo colonial brasileiro, pois foi a partir dele que o território foi reorganizado e conformado pela vontade e poder da coroa lusitana, através da exploração determinada pela relação colonizador - colonizado. Foi somente em 1757, com a promulgação da lei do Diretório, que a língua portuguesa se estabeleceu como a única forma legal de comunicação no território brasileiro, criada com o intuito de erradicar quaisquer formas de submissão dos indígenas à escravidão, povoar e garantir o poder real, a lei do Diretório também retirou do cenário outras línguas que eram mais utilizadas para a comunicação do que o próprio português, como a Língua Geral Amazônica (Nheengatu) e a Língua Geral Paulista. (COELHO e MELO, 2016)

Esta lei marcou a obrigatoriedade e dividiu para sempre a língua portuguesa das outras línguas faladas no Brasil. A difusão e permanência do português se deu de maneira mais eficiente dado ao esforço do Estado em mantê-la e fazer da mesma parte da identidade nacional brasileira. Entretanto, o plurilinguismo brasileiro permaneceu, mesmo com as inúmeras tentativas de apagamento.

A LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil, e confecciona ao mesmo a categoria de país bilíngue, mesmo que na prática o país seja apresentado supranacionalmente como um país monolíngue-português. A política de cooficialização das línguas nos municípios brasileiros, vem permitindo com que outras línguas faladas no território ganhem o status e os direitos de línguas cooficiais locais. (DAMULAKIS, 2017)

A língua portuguesa não é de propriedade única do Brasil, mas sim de vários países que possuem em sua constituição o processo de colonização realizado por Portugal. Atualmente esses países compartilham não somente o histórico colonial português, mas também a composição/participação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), dado que o português

Geral Paulista	
Bilíngue	19
Língua Inglesa	18
Língua Brasileira de Sinais/Língua de Sinais/Surdez	13
Língua estrangeira *sem especificação	6
Língua Espanhola	4
Língua Japonesa	4
Diáspora-Africana	3
Língua Italiana	1
Latim	1
Língua Alemã	1
Língua Árabe	1
Total	194

Tabela 1. Resultado da busca por “línguas no Brasil” na plataforma Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU). - Organização: Próprio Autor

As pesquisas sobre a língua portuguesa concentram o maior percentual 25,25%, este valor indica a relevância da mesma no cenário linguístico brasileiro, dado que a mesma se estabelece como a língua nacional e oficial brasileira falada pela maior parte da população, como língua materna, e também difundida pelos principais meios de comunicação.

As línguas indígenas se apresentam com 13,40 % das pesquisas realizadas dentre teses, dissertações, tcc, tcc digital e relatório de pós-doutorado, dos anos de 2002 até 2022. Este processo indica que mesmo com uma variedade de assuntos relacionados às línguas no Brasil, as línguas indígenas apresentam relevância e pujança nas pesquisas realizadas na UNICAMP, e estas contribuem para catalogação e preservação destas línguas, já que as pesquisas possuem focos variados, desde estudos fonéticos até estudos sociolinguísticos. Outro movimento importante observado é que essas pesquisas se debruçam sobre diferentes línguas indígenas, apresentando línguas de variados troncos linguísticos como o Tupi e o Macro-Jê, e de outras famílias como a língua Pano. Além disso, as línguas pesquisadas se relacionam com as localidades que passaram pelo processo de cooficialização de línguas, o que reforça novamente o impacto das leis municipais de cooficialização e a própria relevância das línguas indígenas na cultura e dinâmica territorial brasileira, dado que os municípios cooficializadores podem ser sobrepostos aos território indígenas.

Observando as línguas alóctones (inglês, espanhol, japonês, italiano, alemão, árabe, latim e língua estrangeira sem especificação), nota-se a influência do inglês, contendo 9,27% das pesquisas realizadas, o que indica a preponderância do mesmo

no cenário mundial, no qual se constitui como a língua do capital e das trocas comerciais. Somando o percentual de todas as línguas alóctones juntas obtemos o valor de 18,52% de pesquisas realizadas, mesmo sendo uma porcentagem considerável, a maioria das pesquisas está voltada ao ensino destas línguas para falantes de português e as dificuldades encontradas pelos mesmos, e não trazem nenhuma conexão com os municípios que cooficializaram línguas, diferentemente da dinâmica das línguas indígenas.

Enquanto que na categoria “Bilíngue”, 9,79% das pesquisas, foi possível encontrar artigos que trabalham com a dinâmica de algumas línguas de imigração dentro do território brasileiro, se aproximando do processo de cooficialização de línguas, mesmo sem estar diretamente ligado ao mesmo. Um dos documentos foi a tese ““Ich kann mein name mit letra junta und letra solta schreiben””: Bilingüismo e letramento em uma escola rural localizada em zona de imigração alemã no sul do Brasil”, que mostrou a relação da língua alóctone alemã com a língua portuguesa, dentro da realidade escolar.

O *mapa 1* apresenta o processo de cooficialização das línguas no território brasileiro, por mais que este reconhecimento se desenvolva em uma esfera municipal, é possível observar os avanços realizados em um país com um histórico de repressão linguístico. Ao mesmo tempo que a *tabela 1* reforça a relevância do português, ela também permite compreender a influência das línguas indígenas e o seu despontar na construção da visualização de um país plurilinguístico, conjuntamente contempla-se o despontar discreto das línguas alóctones, tanto em relação às pesquisas como também no processo de cooficialização, dado que as mesmas se apresentam em menor quantidade do que as línguas indígenas e este movimento ainda está se desenvolvendo.

CONCLUSÕES:

Através da pesquisa foi possível compreender as influências da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na configuração das outras línguas presentes no território brasileiro. Primeiramente, nota-se o esforço da Comunidade no *Portal do Professor de Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna (PPPLE)* e na revista *Platô*, os dois instrumentos mantêm os objetivos da Comunidade no processo de divulgação e promoção da língua portuguesa, o primeiro instrumento vai além, pois auxilia na formação de professores não nativos, direcionado principalmente aos países africanos, dado que o português se

apresenta como língua oficial, mas não como língua materna e nacional da grande maioria de angolanos, cabo-verdianos, moçambicanos e guineenses. A Carta de Maputo se apresenta de forma democrática se referindo às outras línguas faladas dentro dos territórios pertencentes à CPLP, evidenciando a necessidade de diálogo, principalmente pela propulsão dada por órgãos internacionais, como a UNESCO ao debate dado sobre a preservação linguística. Por mais que a CPLP esteja apresentando-se aberta ao diálogo com outras línguas, é claro que seus objetivos se delimitam quase que exclusivamente à língua portuguesa, indicando que mesmo havendo uma relação mais amistosa com outras línguas, na prática o português se constitui como principal, essencial na comunicação e nas trocas comerciais e sociais entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Já no que se observa a dinâmica brasileira de línguas, é possível compreender com a formulação do *mapa 1* e da *tabela 1*, que tanto as línguas autóctones como as alóctones vem reclamando seu espaço no território nacional e vem se consolidando como fontes de pesquisa para o entendimento das dinâmicas sociais, culturais e territoriais brasileiras. As disputas entre estas línguas e o português no Brasil consolida uma dinâmica já observada em outros países pertencentes à CPLP, principalmente os países africanos, no qual as línguas existentes no território entram em choque com o português e produzem novos processos sociais.

Portanto, o processo de identificação supranacional da CPLP se realiza por uma parte através da língua portuguesa, a qual se apresenta de formas distintas para os países da Comunidade, pois cada lugar possui suas próprias variações da língua, como por exemplo o português-brasileiro. Além da gama de portugueses os países da CPLP, demonstram similaridade nas disputas, conflitos em relação às outras línguas que dividem os territórios, até mesmo Portugal, possui conflitos linguísticos entre o português (língua oficial) e outras línguas utilizadas no território (línguas não oficiais). A diversidade linguística, conjuntamente com as variações do português e a disputa linguística, abarca todos os países da Comunidade e se faz como um dos principais modos de identificação entre os mesmos.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúñiga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do diretório dos índios (1757-1798). **Revista de História**, [S.L.], n. 174, p. 101, 30 jun. 2016. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (ÁGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.115846>

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Portal do Professor de Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna**. Disponível em: <https://iilp.cplp.org/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

DAMULAKIS, Gean. **Cooficialização de línguas no Brasil: características, desdobramentos e desafios**. 2017. Disponível em: <https://lefufrj.wordpress.com/2017/12/21/cooficializacao-de-linguas-no-brasil-uma-visao-panoramica/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GUIMARÃES, E. **A palavra: Forma e Sentido**. Pontes. Campinas, 2007.

INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Colóquio de Maputo sobre a diversidade linguística nos países da cplp**. (carta), 2011. Disponível em: https://iilp.cplp.org/wp-content/uploads/2022/05/Carta_de_Maputo_1-1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

OLIVEIRA, Gilvan M. Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística. *Synergies Brésil*, v. 7, p. 19-26, 2009. Disponível em: <http://gerflint.fr/Base/Bresil7/bresil7.html>.

RAFFESTIN, Claude. A População e o Poder: língua e poder. In: RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. 29. ed. São Paulo: Ática, 1980. Cap. 2. p. 5-269.

RATZEL, Friedrich. **La géographie politique**. Paris, Fayard, 1987.

RODRIGUES, J. H. 1985. "A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial". In : História Viva. Global Universitária (Série História).

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*. n.54, jun. 1977.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 31, Vol 1, 2009.

TOSATTI, N. M. **O complexo mosaico da Língua Portuguesa nos países membros da CPLP: um breve panorama**. *Revista Gatilho, UFJF*, v. 19, p. 187-202. dez. 2020.